

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SURDEZ

Maria Amélia da Silva Viana
Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana
UNASUR

aneliavianna@hotmail.com

Introdução

A educação de qualidade é uma busca constante das instituições de ensino, e para que ela aconteça são necessárias ações que priorizem um trabalho educacional eficaz. Analisando isso, pensamos que o coordenador pedagógico desempenha um papel fundamental na busca por uma prática pedagógica que procure integrar os envolvidos no processo educacional, pois ele “é o responsável pelas ações de uma equipe e o interlocutor qualificado dos participantes desse segmento (professores, alunos, pais e funcionários) junto à direção da escola e à sociedade” (CONCEIÇÃO, 2011, p.22).

Em seu trabalho Vianna (2001), refere-se às competências relacionadas à tarefa do coordenador pedagógico, destacando-as em: coordenar e organizar o planejamento escolar; acompanhar a progressão do desenvolvimento dos objetivos da educação escolar; considerar a centralidade da aprendizagem; mediar e traduzir as determinações legais, funcionais e administrativas integradas harmonicamente com a proposta pedagógica; estimular o hábito da reflexão continuada e administrar a progressão das aprendizagens através de avaliação permanente.

Entendemos ser relevante que o coordenador pedagógico tenha consciência do seu papel, procurando agir de forma a observar, discutir e planejar, buscando sempre vencer as dificuldades, as expectativas e as necessidades, no intuito de atingir os objetivos desejados: a aprendizagem de todos os alunos, independente de suas necessidades especiais. Libâneo (2004) reforça dizendo que é função do coordenador favorecer a construção de um ambiente democrático e participativo, onde se incentive a

produção do conhecimento por parte da comunidade escolar, promovendo mudanças nas atitudes, nos procedimentos e nos conceitos dos indivíduos.

Sendo assim, objetivo desse estudo, foi verificar se os coordenadores que atuam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e que tem alunos com surdez em seu corpo discente tem consciência do seu papel no processo de inclusão desses alunos, bem como sua compreensão sobre esse processo.

Metodologia

Utilizamos uma metodologia de caráter qualitativo. Pode-se dizer que a finalidade da pesquisa qualitativa é explorar as distintas opiniões sobre o assunto estudado (BAUER; GASKEL, 2002). Tivemos como participantes da pesquisa nove coordenadores pedagógicos que atuavam em turmas do 1º ao 5º ano e possuíam em suas escolas, alunos com surdez incluídos. Quanto ao local, foi realizado na cidade de Murici/Al em cinco escolas da rede pública municipal. Com o objetivo de compreender o universo pesquisado optamos por fazer uso da entrevista. De acordo com Minayo et al. (2007), a entrevista refere-se às informações construídas diretamente no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Cientes da relevância da entrevista em uma pesquisa de cunho qualitativo, definimos como instrumento desse estudo a entrevista semi-estruturada. É característica desse tipo de entrevista que “questões mais ou menos abertas sejam levadas à situação de entrevista na forma de um guia pelo pesquisador e espera-se que essas questões sejam respondidas livremente pelo entrevistado (FLICK, 2004, p. 106). Utilizamos como técnica para o tratamento e interpretação dos dados a análise descritiva qualitativa, por acreditar que dessa forma, seria possível uma compreensão do contexto estudado. Inicialmente, de posse das transcrições das entrevistas, foi feita uma leitura do material de análise. Com isso, buscamos identificar pontos comuns nas falas dos coordenadores participantes da pesquisa. A partir dessa ação, pudemos ter uma visão



geral do conjunto dos registros e elaborar categorias iniciais para análise e interpretação do material.

Discussão e análise dos resultados

Função do coordenador pedagógico no processo de inclusão

Entre tantas atribuições do coordenador, queremos destacar que ele também precisa “[...] refletir junto com o professor sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência, considerando não apenas as questões legais, mas também as representações que o grupo tem acerca da deficiência e da permanência desses alunos no espaço escolar”. (AGUIAR, 2010, p. 149). Concordando com Aguiar, indagamos aos participantes da pesquisa qual a função do coordenador pedagógico no processo de inclusão do aluno com surdez. Sobre isso, vejamos o que relataram:

Ajudar o professor, mas infelizmente a gente não sabe ajudar. Não conseguimos fazer um planejamento, não temos um interprete para nos ajudar. Então não sei. Não dá. Fica difícil (Coordenadora 4).

A função da gente é dá apoio primeiramente. Mas o coordenador não tem o conhecimento que deveria ter. Porque o coordenador necessita tanto quanto o professor e a gente não tem material [...] deixamos muito a desejar enquanto coordenador. A escola tem que está preparada [...] deveria ter um coordenador preparado de inclusão para ajudar inclusive a gente né? (Coordenadora 9).

Para Sarmiento (2009), o coordenador pedagógico deverá ser um apoio, um consultor, um instigador para o crescimento e o desenvolvimento do professor. E em unanimidade os participantes da pesquisa concordaram com essa assertiva, dando a entender que dentre suas funções encontra-se a de ser “professor do professor”. Destacaram ainda, que tratando-se da inclusão de alunos com surdez, não se sentem preparados para desempenhar essa função, da forma como acreditam que deveria ser.



Aspecto didático-pedagógico do coordenador com o professor

“O coordenador pedagógico, que também é um docente, deve desenvolver suas atividades junto com os professores, com o propósito bem claro de favorecer o processo de ensino e promover a aprendizagem no espaço escolar” (ANDRÉ e VIEIRA, 2009, p. 14). A esse respeito, questionamos os coordenadores pesquisados, sobre como eles auxiliam os professores no desenvolvimento das atividades com alunos com surdez. Eles declararam que:

Quando um professor diz que não está conseguindo lidar com esse aluno (com surdez), ai é fogo viu. Porque como eu já falei eu não estou preparada para isso. Então o tempo vai passando, vai passando, vai passando e o que poderia ser feito com aquele aluno não é feito, por falta de experiência e por falta de informação (Coordenadora 1).

Eu não auxilio. Porque eu não sei o que fazer. Eu fico totalmente perdida (Coordenadora 2).

De acordo com as colocações das coordenadoras, fica claro que não há auxílio para os professores, mesmo quando esses solicitam. E o argumento utilizado foi à falta de informações sobre a temática inclusão. Isso ocorria mesmo com todos os participantes da pesquisa tendo revelado durante a entrevista que tiveram uma disciplina que tratava desse assunto na graduação e/ou na especialização.

Em relação à assistência didático pedagógica que deveria ser oferecida aos professores, Franco (2002); Bruno, Almeida e Christov (2000) nos diz que o coordenador pedagógico deverá elaborar projetos individuais com seus professores, estudar com eles, registrar as queixas sobre as dificuldades e refletir em conjunto sobre elas, indicar leituras e debater sobre o assunto. Tudo isso, numa relação afetiva e de confiança que permita uma superação nos aspectos que precisam ser melhorados, visando o aperfeiçoamento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.



Ações desenvolvidas pela coordenação para que os alunos com surdez sintam-se incluídos

De acordo com Aguiar (2010), podemos notar as dificuldades das famílias dos alunos com deficiência quando tentam inseri-los no sistema regular e público de ensino, que mesmo tendo por princípio a gratuidade, os entraves existentes são evidentes e impedem que esses alunos sejam efetivamente incluídos, devido tanto às inadequações da estrutura de ensino, como a resistência dos profissionais que nela trabalham. Aguiar (2010, p. 147) acrescenta ainda que:

[...] as pessoas com deficiência podem assumir gradativamente rótulos que lhes são impostos, sendo lembradas não por suas capacidades, mas por suas dificuldades ou limitações decorrentes de sua deficiência, o que se traduz em desvantagem do ponto de vista social e de aprendizagem.

Sabendo dessa realidade, perguntamos aos coordenadores pesquisados quais ações eram desenvolvidas para que os alunos com surdez se sentissem incluídos na escola em meio a essas dificuldades. A seguir veremos a fala da única coordenadora que exemplificou alguma ação a favor do aluno com deficiência, pois as demais afirmaram não ter feito nada que proporciona-se a inclusão dos alunos com surdez:

O que a gente faz é a conscientização da turma. Conversamos com os alunos sem deficiência e dizemos que temos um colega especial na sala e dizemos que ele tá ali para aprender igual a todos. É muito importante essa conversa, mas na questão de aprendizagem há muita deficiência (Coordenadora 1).

A ideia que a coordenadora 1 mostrou ter de inclusão, está associada apenas ao ato de aceitar ou receber o aluno com deficiência. Porém, sabemos que incluir perpassa essa ideia. Segundo Aguiar (2010), incluir vai além do que simplesmente possibilitar a socialização do aluno com a turma. O autor diz ainda que antes do momento de socialização, que deverá acontecer, há outros aspectos importantes que devem ser considerados e trabalhados pelos coordenadores. Vejamos do que se trata:

A cada matrícula de um novo aluno com deficiência, faz-se necessário um planejamento visando a adequar cada situação, o que passa por conteúdo, metodologia, recurso didáticos, avaliação, até o momento de socialização deste com os demais integrantes da escola (AGUIAR, 2010, p. 144).

Outro ponto que merece destaque ao expor as ações do coordenador para que o aluno com surdez sintá-se incluído é o descaso com que tem sido tratado sua presença na escola regular. A fala de uma das coordenadoras embasa essa assertiva:

Acho que a escola, não tem favorecido muito (a inclusão). A escola esta muito preocupada com a aprendizagem dos alunos regulares [...] a escola publica por si só já trabalha com uma diversidade muito grande, independente da gente ta trabalhando com os ditos “normais” ou com os ditos “especiais”. E aí não é nem culpa desses alunos (com deficiência), mas a gente ta tão preocupada com a aprendizagem no processo, com a cobrança na aquisição da leitura, com a frequência desses alunos que estão faltando muito à escola [...] a gente tem corrido tanto em cima do sucesso básico dos alunos regulares que esses meninos (com surdez) tem ficado no canto. Agente ta tão preocupado com os alunos que são ditos “normais”, com a aprendizagem desses ditos “normais”, que essas outras crianças (com surdez) infelizmente, não vou mentir, tem ficado de lado (Coordenadora 3).

Dessa forma, é possível perceber que a exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras (MANTOAN, 2008). Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que permite subdividir os alunos em “normais” e com deficiência. Nesse contexto, os alunos com surdez têm sido alvo de uma inclusão disfarçada, pois estão de corpo presente na escola, porém são mantidos desinformados, enfim, têm sido impedidos de exercer sua cidadania.

Relação do coordenador pedagógico com o aluno com surdez

Identificamos como problemática no aspecto relacional do coordenador pedagógico com o aluno com surdez a questão da comunicação, fato que pode ser observado nos relatos da Coordenadora 2 e 7 respectivamente:

É angustiante não saber o que realmente ele (o aluno com surdez) quer dizer, o que ele sente [...] é a comunicação. O olho dele é bem expressivo, mas a gente não sabe o que ele tá pensando, não sabe o que ele quer, não sabe o que ele acha da escola [...] é um mundo totalmente dele. E a gente não participa do mundo dele. Talvez por ele ser só um eu nunca liguei. Ele chega abraça, vai para sala e pronto. Todo mundo da escola está no mesmo barco [...] a gente diz, meu Deus não vem ninguém para ajudar? mas eu não faço nada [...] olho para ele e abraço, ele vai embora e eu fico de braços cruzados. Não faço nada, fico só esperando. Eu reclamo na Secretaria Municipal de Educação e nada, daí eu deixo pra lá. Os professores dizem: “deixe pra lá e tu vai ficar morrendo por causa desse menino?” Ai eu deixo pra lá, fico com raiva.

A comunicação é difícil [...] como passar as informações? que metodologias usar para que os alunos possam aprender?

Estas falas denotam uma preocupação com o desconhecido. Segundo Guijarro (1998), temos medo das diferenças, porque não estamos acostumados a conviver com elas. Entretanto, a diversidade não deve ser vista como um problema, pelo contrário, é uma oportunidade para nos enriquecer, pessoal e socialmente, e para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem temos que ter a consciência de que quando podemos compartilhar com pessoas que têm diferentes necessidades, somos obrigados a aprender mais. Se convivêssemos sempre com pessoas com as mesmas características, não seríamos instigados a buscar novos conhecimentos e, portanto, não cresceríamos.

Considerações finais

No contexto escolar em que se insere a questão da inclusão, se pensa em quem são os responsáveis por este processo. Serão apenas os professores que tem em suas turmas alunos com deficiência incluídos? A família da pessoa com deficiência ou a coordenação pedagógica? Pensamos que o desafio da inclusão escolar está justamente em gerenciar este processo e por consequência, a responsabilidade de certa forma, está diretamente ligada à figura do coordenador pedagógico. Ele quem irá liderar o grupo



que estará sobre sua responsabilidade e cujos objetivos em comum é a formação e aprendizagem de todos os alunos.

Portanto, o coordenador deve ter uma postura proativa, ou seja, capaz de identificar conflitos antes que estes se efetivem. Certamente, deverá ter a capacidade de reconhecer nos sujeitos, atitudes colaborativas para que estes possam contribuir para a efetivação dos princípios da inclusão escolar. No entanto, os resultados desse estudo, apontam que os coordenadores participantes da pesquisa conhecem qual deveria ser sua função no processo de inclusão dos alunos com surdez, bem como sua atribuição no auxílio aos professores que tem em suas turmas esses alunos incluídos, além da articulação com o próprio aluno e sua família. Porém, suas falas expõe o medo do novo, do desconhecido e, por conseguinte a negligência com o ensino e aprendizagem dos alunos com surdez, que se encontravam matriculados, mas que não eram verdadeiramente incluídos.

Ainda que alguns coordenadores tenham se mostrado preocupados com a situação de sua escola e muitas vezes por sua própria condição de ineficiência enquanto coordenador e suas responsabilidades pedagógicas, nada tem feito para mudar essa realidade. Todos falaram que precisam de capacitação, por não saber lidar com a situação e atribuíram a ausência de ações positivas ao descaso com que essa temática é tratada pelos órgãos superiores, nesse caso, a Secretaria de Municipal de Educação.

Acreditamos que para efetivar a inclusão dos alunos com surdez no município de Murici/Al, não deve ser pensado como solução, apenas a formação específica dos coordenadores e professores em uma ou outra área do conhecimento, embora essas ações tenham importante papel. Deve-se valorizar também, a sensibilidade do profissional da educação, que, certamente, não poderá escolher trabalhar em turmas homogêneas, onde todos aprendem da mesma forma. Este profissional, estando sensível a conhecer e respeitar os princípios da inclusão e sabendo dos benefícios que tais princípios trazem para todos, não ficará esperando soluções utópicas, buscará, dentro de

suas possibilidades resolver as questões próprias de sua função, promovendo mudanças nas atitudes de todos os envolvidos com o ambiente escolar.

Considerando o exposto, podemos reconhecer o valor do coordenador pedagógico em um âmbito de constantes mudanças e, por conseguintes atritos e possibilidades. O coordenador atua não tão somente como um sujeito de equilíbrio, mas, sobretudo como um elemento de identificação de possíveis transformações.

Cabe aos coordenadores entenderem, que a inclusão do aluno com surdez é um direito adquirido e que nem eles, nem qualquer outro profissional da educação pode se eximir da responsabilidade em garantir que se legitime esse direito. Por isso, faz-se necessário começar a buscar por si só as “capacitações” e é na escola que deve se processar o início dessa busca, por meio de incentivos e motivações individuais e coletivas, colocando todos os protagonistas dessa ação na discussão e na procura por meios para mudar a realidade.

Esperamos então, que esse estudo seja um convite à continuidade dessa discussão, que sirva para uma séria reflexão sobre o papel do coordenador pedagógico no processo de inclusão dos alunos com deficiência dentro da escola. Pois refletir implica buscar soluções e caminhos para se chegar ao sucesso e a uma educação de qualidade para todos.

Referências

- AGUIAR, L. G. **Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.** In: o coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Editora Loyola. 2010.
- ANDRÉ, M. E. D. A.; VIEIRA, M. M. S. **O coordenador pedagógico e a questão dos saberes.** In: O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. São Paulo, Loyola, 2009.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BRUNO, E.; ALMEIDA, L. R.; CHRISTOV, L. (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo, Loyola, 2000, p. 33-36.

CONCEIÇÃO, L. F. **Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional**: princípios e ações em formação de professores e formação do estudante. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO, F. **Formação contínua de educadores na escola e em outras situações**. In: GALVÃO, Z. Educação física escolar: a prática do bom professor. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** – Ano 1, Número 1, 2002.

GUIJARRO, R.B. Aprendendo na diversidade: implicações educativas. Adaptação realizada a partir da transcrição da Conferência Aprendendo em la Diversidad: Implicaciones Educativas'. **Actas do III Congresso Ibero-americano de Educação Especial** (Foz do Iguaçu - PR, 4 a 7.11.98).

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. Editora: Alternativa, 5ª ed. Goiânia, 2004.

MINAYO, M. C. S. (ORG.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a Turma Toda**: as diferenças na escola. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.) **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SARMENTO, M. **O coordenador pedagógico e o desafio das novas tecnologias**. In: **O coordenador pedagógico e a formação docente**. (Org) BRUNO, E.; ALMEIDA, L.; CHRISTOV, L. 10ª Ed. São Paulo: Loyola, 2009.

VIANNA, A. B. B. **O papel do coordenador pedagógico na formação continuada de professores em serviço na educação de jovens e adultos**. São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo).